22 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Fórum é evacuado depois de tremor

Abalo de 1.8 grau na escala Richter foi sentido por parte dos servidores e visitantes

Vítor Ogawa
Reportagem Local

Um tremor de 1.8 grau na escala Richter foi sentido por parte dos servidores lotados no prédio do Fórum localizado no Centro Cívico de Londrina e obrigou o diretor Luiz Valério dos Santos a determinar a evacuação do prédio. Santos estava em audiência na 4ª Vara Criminal quando recebeu a informação dos tremores, por volta das 14 horas. "Eu não percebi, porque estava na parte da frente do prédio e os tremores foram mais sentidos por quem estava na parte de trás do edifício. Eles escutaram um barulho e viram os monitores dos computadores tremerem", relatou.

O sorveteiro Johnatan Rogério dos Santos, que trabalha no local, relatou que as pessoas estavam assustadas e a saída do prédio foi às pressas. "Eu só vi o povo saindo e fiquei com medo do prédio cair", relatou.

Santos afirmou que, por sorte, havia um tenente do Corpo dos Bombeiros em audiência no momento dos abalos sísmicos. "Foi dele que partiu a orientação para a evacuação do prédio por precaução. Nós decidimos evacuar como medida de segurança para que a Defesa Civil pudesse fazer uma vistoria para que a gente pudesse retomar os trabalhos depois de uma análise definitiva que autorizasse isso", destacou.

O diretor relatou que não houve problemas em pilares, mas que foram constatadas rachaduras no prédio. "Eu não tenho conhecimento técnico para isso, mas a engenheira recomendou que fosse realizada uma manutenção do prédio", apontou. Ele destacou que já houve pedidos de recursos para a reforma e construção do prédio no passado e o Tribunal entendeu que não havia recursos para que isso fosse feito. Ele garantiu que os pedidos serão refeitos.

A engenheira Civil Hissae Gunji, diretora técnica da Companhia de Habitação de Londrina (Cohab-Ld) e integrante da Defesa Civil, disse no final da tarde que ainda não poderia dar um parecer sobre a situação do prédio, uma vez que, além da vistoria, seria necessária a análise dos projetos do prédio. Preliminarmente ela destacou que não há risco estrutural, mas constatou problemas na cobertura e no piso inferior do prédio.

A interdição e evacuação do prédio provocaram transtornos também para quem precisou dos serviços. Rosana Hilário Macena foi ao Fórum para participar de uma audiência e perdeu a viagem. No entanto, a maior reclamação era de que não havia ninguém que orientasse as pessoas sobre como proceder com o prazo vencendo. Já Alexandre Palhão trabalha em um escritório de advocacia e não pôde protocolar um documento, cujo prazo estava vencendo.

O juiz Luiz Valério dos Santos fez a comunicação da situação para a presidência do Tribunal de Justiça por telefone e posteriormente faria isso por ofício para que fosse determinada a extensão de prazos. "As audiências serão adiadas e as pessoas que foram intimadas e vieram, mas não puderam ser ouvidas, serão novamente intimadas", destacou.

Ele orientou às pessoas para que se informassem pelo telefone (43) 3572-3200 para perguntar se as atividades do Fórum seriam retomadas hoje ou não.

"Estamos vivendo uma sequência de microtremores"

CONTINUA

22 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Houve quem não sentisse nada. O advogado Renan Augusto dos Santos estava em audiência quando uma funcionária relatou os tremores no prédio e solicitou que todos ficassem do lado de fora até que se soubesse o que havia acontecido. "Para falar a verdade, aqui, onde eu estava, ninguém percebeu. Prejudicou bastante o meu trabalho", destacou.

O geólogo e professor da UEL, José Paulo Pinese, informou que técnicos do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da USP devem emitir, até segunda-feira, um novo comunicado sobre os tremores registrados em Londrina. O professor reafirmou que as ocorrências não são preocupantes. "Estamos vivendo um processo em Londrina de sequência de microtremores desde dezembro. A origem desses tremores está na rocha, a centenas de metros do solo, e nós vamos investigar e apurar esses movimentos", explicou. Os estudos, segundo ele, são necessários para verificar se as ocorrências resultaram de atividades naturais ou induzidas. O professor solicitou o retorno dos técnicos à cidade.

De acordo com a assessoria de imprensa da administração municipal, os funcionários não sentiram os tremores e o prédio não foi evacuado durante a tarde. Já na Câmara de Vereadores, funcionários relataram que perceberam os abalos, mas não houve danos ao prédio. **(Colaborou Viviani Costa)**

"Eu não percebi, porque estava na parte da frente do prédio e os tremores foram mais sentidos por quem estava na parte de trás", comenta Luiz Valério dos Santos

22 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

73 cidades do Paraná terão 'eleição' biométrica este ano

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná realiza revisão biométrica em dez municípios; Cambé "perdeu" 13,8 mil eleitores após alistamento

Luis Fernando Wiltemburg
Reportagem Local

As eleições municipais de 2016 terão a identificação biométrica de eleitores em 73 dos 399 municípios. No momento, os cartórios eleitorais de dez cidades executam o processo de revisão biométrica do eleitorado e, em Santa Terezinha de Itaipu (Oeste), o processo começa na segunda-feira.

Em Londrina, as eleições de 2014 já contaram com a identificação por meio de impressão digital, depois do recadastramento feito em 2013. Em Cambé, os trabalhos terminaram no dia 30 de novembro do ano passado e, segundo o chefe do 78º Cartório Eleitoral, Maurício Pires da Costa, 81,3% renovaram seu alistamento eleitoral. "No início do recadastramento biométrico, em 10 de junho, tínhamos 74.244 eleitores. Terminamos com 60.369", conta.

Os 13,8 mil títulos eleitorais que não foram recadastrados serão cancelados. Para Costa, quem não procurou o Cartório Eleitoral no prazo devem ser os eleitores que se mudaram de cidade e não tomaram conhecimento do procedimento ou de eleitores que já morreram.

Caso semelhante ocorreu em Londrina, onde o recadastramento biométrico foi feito entre março e setembro de 2013. Naquele ano, mais de 32 mil títulos eleitorais foram cancelados. O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, desembargador Jocimar Novochaklo, afirma que o fenômeno se repete com frequência.

Para o magistrado, isso ocorre porque os eleitores se mudam de cidade, mas nem sempre atualizam seus cadastros. "À medida que o TRE for fechando o processo biométrico, aumentam as possibilidades de conhecer melhor os eleitores paranaenses", diz. Em Londrina, por exemplo, onde o recadastramento biométrico reduziu o número de eleitores, houve queda da abstenção média de 16% para cerca de 5%, segundo a assessoria do TRE.

Para Novochaklo, a biometria permite maior segurança no processo eleitoral, ao impedir que o voto seja exercido por outra pessoa. "É a última preocupação que a Justiça Eleitoral tem em relação à identificação do eleitor, aliado à segurança trazida pela urna eletrônica", ressalta. Além disso, a base de dados da Justiça Eleitoral servirá de base para a emissão futura do documento único, planejado pelo governo federal.

AINDA EM ANDAMENTO

O processo de recadastramento biométrico de eleitores no Paraná ocorre ainda em Foz do Iguaçu, Campo Mourão, Campina da Lagoa, Coronel Vivida, São José dos Pinhais, Fazenda do Rio Grande e Araucária. Nestes municípios, a previsão é que o processo termine em março. Em Cascavel, Guaraniaçu e Ponta Grossa, o processo deve terminar na próxima sexta-feira.

22 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

A multa

A história da multa, quatro minutos antes da tragédia, que parecia esclarecer muita coisa, apenas teve o condão de aumentar as suspeitas de que houve, o que se pensa desde há sete anos, manipulação dos "frames", alimentando a lenda urbana de que havia gente da alta fazendo racha com o deputado Ribas Carli. Não botou luz no processo, que não diz respeito ao Gaeco (aludido até pela fama acumulada em outras investigações como as da Publicano e da Quadro Negro e que botam o governo na parede), e manteve tudo na obscuridade e na suspeição. A circunstância de o motorista multado ter se manifestado só agora sem identificar-se é decorrente do receio de retaliações, uma forma nada construtiva de ver em função o aparato público, cuja imagem para a maioria do público é essa mesmo, em que pese o feito da polícia ao norte desbaratando ontem uma quadrilha que atacava bancos como fez recentemente na pequena cidade de Curiúva e de cuja gangue pelo menos houve vinte presos.

OPINIÃO DO LEITOR

Doloso ou culposo?

Sete anos para a Justiça resolver um simples caso de jurisprudência (do ex-deputado Carli Filho), e ainda sem decisão, mostra que não é apenas a política, mas que a própria Justiça brasileira também deveria ir para o banco dos réus. A divisão entre crimes doloso e culposo, uma invenção semântica, estabeleceu um prato cheio para os que trabalham no ramo (advogados, juízes, etc.) engordarem sua contas bancárias. Antes quando se ouvia que uma pessoa era culpada de um crime, entendia-se que a pessoa agiu de má-fé, e isso já é um dolo. O que a divisão semântica fez foi, na prática, criar recursos infinitos tirando ainda mais a agilidade da pobre Justiça. Mas esse crime do ex-deputado, está além de doloso e culposo, pois uma pessoa que está proibida de dirigir e o faz bêbada, a 180 Km/hora, dentro de uma cidade, matando duas pessoas inocentes, o que é isso? Será o fim do mundo ou da nossa Justiça?

SWAMI VERONESI (músico) – Santo Antônio da Platina

22 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Depoimentos da Zelotes

A 10ª Vara da Justiça Federal em Brasília marcou os depoimentos de 98 testemunhas em ação penal sobre a "compra" de medidas provisórias no governo, caso investigado na Operação Zelotes. Além da presidente Dilma Rousseff, que tem direito a se pronunciar por escrito, a lista já tem 16 políticos e autoridades federais, entre eles o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja oitiva está agendada para segunda-feira. Estão previstas para segunda, ainda, as falas do ex-ministro Gilberto Carvalho, que foi chefe de gabinete do petista no Palácio do Planalto, e do atual secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo Henrique de Oliveira. Investigadores da Zelotes pediram a quebra dos sigilos bancário e fiscal dos dois. Nesse caso, no entanto, eles vão depor como testemunhas.

PGR manda arquivar inquérito contra tucano

Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal, a Procuradoria-Geral da República reiterou o pedido de arquivamento de investigação sobre a suposta participação do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) no esquema de corrupção da Petrobras. Para o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, os novos elementos apresentados pela Polícia Federal não justificam a reabertura do caso. A palavra final será do ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo. Em outubro, também atendendo a pedido da Procuradoria, Teori determinou o arquivamento do inquérito.

22 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Secretário e diretor de centro médico são exonerados

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba – O prefeito de Campo Largo, na região metropolitana de Curitiba, Affonso Portugal Guimarães (PSD), exonerou o secretário de Saúde, Alexandre Kuster, e o coordenador do centro médico da cidade, Giovani Marcon. A decisão, tomada anteontem, se deu após o Ministério Público (MP) do Paraná instaurar um inquérito civil para apurar a situação de um médico suspeito de trabalhar no mesmo horário na unidade hospitalar e no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). A ex-coordenadora, a diretora clínica do Samu e mais uma funcionária da secretaria também foram afastadas de suas funções.

Segundo o MP, o médico, cujo nome não foi divulgado, recebia pelos dois serviços, com a anuência de Marcon, o que configura prática de enriquecimento ilícito e dano ao erário. Em vídeo postado nas redes sociais, Guimarães falou que sua atitude é irreversível. "Eu, com as responsabilidades que tenho, não posso me omitir de tomar posições, mesmo que sejam penosas", afirmou, acrescentando que o centro e parte da secretaria estão sob suspeição. "Estaremos com uma sindicância promovida pela Controladoria-Geral do Município e uma auditoria interna. Os fatos que nos preocupam, e que se transmitem em desvios de finalidade, de conduta de médicos, funcionários e coordenadores, serão devidamente apurados."

A Promotoria realizou diligências na unidade de saúde no dia 12 de janeiro. Na ocasião, solicitou prontuários de pacientes, o livro de registro de presença, assim como as escalas de trabalho, entretanto, não encontrou nem a assinatura nem a especificação do horário em que o profissional investigado atuava. Por esse motivo, pediu que a gestão municipal instale ponto eletrônico, medida que, conforme o Executivo, já foi atendida. Ontem, a assessoria do MP contou que o promotor responsável segue ouvindo testemunhas e que não há um prazo para a conclusão das investigações. Guimarães garantiu que seguirá contribuindo. "Não posso me omitir quando situações graves chegam ao meu conhecimento."

22 JAN 2016

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA BRASILEIRA

Procurador avalia que caso Carli Filho só terá fim em 2026

Diego Antonelli

A morosidade judicial brasileira pode fazer com que o processo envolvendo a família Yared e o ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho tenha fim apenas em 2026. Essa é a previsão do procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná Rodrigo Chemim Guimarães. Segundo ele, que também é professor universitário de Direito Processual, no país há um excesso de brechas na legislação que permite o ingresso de inúmeros recursos judiciais que fazem com que os processos levem, em média, 15 anos para serem concluídos.

"Alguma coisa está errada. Não é normal demorar tanto para ter uma decisão judicial a respeito de um crime", ressalta o especialista. Carli Filho é acusado de duplo homicídio com dolo eventual em razão de estar embriagado e em alta velocidade, assumindo o risco de matar ao dirigir. Na semana passada, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski suspendeu o júri do ex-deputado, que estava marcado para ontem, até que um recurso pendente seja julgado.

Diante da demora do trâmite do processo, Guimarães diz que é necessário uma reforma na legislação para impor um limite no número de recursos. A realidade brasileira faz com que, de acordo com ele, um bom advogado consiga protelar a decisão dos processos com o ingresso, por exemplo, de habeas corpus e embargos de declaração.

"Esses embargos são utilizados para solicitar explicação de trechos e frases usadas pelo juiz que não foram compreendidas pela defesa. Há, de uma forma geral, recursos infindáveis que permitem essa protelação", afirma Guimarães.

No caso Carli Filho, o promotor afirma que não houve morosidade na investigação, mas que o trâmite legal anda a passos lentos. E, mesmo após o julgamento, o processo estará sujeito a mais uma série de recursos.

Colaborou: Mariana Balan.

> "Para quem conhece a mecânica recursal brasileira, mesmo depois que houver a decisão de primeira instância, ainda caberá uma infinidade de recursos, para o TJ-PR, depois para o STJ, depois para o STF."
>
> **Rodrigo Chemim Guimarães**, procurador de Justiça do MP-PR.

22 JAN 2016

GAZETA DO POVO

MORTE DE FISICULTURISTA

Para MP, médico subjugou e matou Renata Muggiatti

Denúncia aceita pela Justiça sustenta que a fisiculturista sofreu agressões físicas e psicológicas do então namorado. Ele teve a prisão preventiva revogada ontem

Diego Ribeiro

Segundo denúncia oferecida à Justiça pelo promotor Ricardo Kochinski Marcondes, do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher de Curitiba, a morte da fisiculturista Renata Muggiatti foi consequência de um comportamento dominador e agressivo do médico Raphael Suss Marques, então namorado da vítima. Segundo o Ministério Público do Paraná (MP), ele queria afastá-la de casa e encerrar seu relacionamento com ela.

A Justiça aceitou a denúncia e agora Marques responderá pelos crimes de lesão corporal, fraude processual e feminicídio, uma modalidade de homicídio qualificado. Se condenado, o médico poderá ficar preso por até 30 anos.

"Em razão de sua personalidade dominadora e de sua atuação como médico de Renata, Raphael passou a exigir desta total submissão às suas ordens tanto no plano laborativo, de saúde, financeiro, e social, passando paulatina, porém rapidamente, a controlar todos os aspectos da vida de Renata, tornando-a totalmente dependente de si", afirmou o promotor na denúncia.

Os dois passaram a morar juntos em março de 2015. Segundo o texto, em julho do ano passado, alguns episódios agravaram o relacionamento, que já era problemático. Um deles foi a saída de Renata de uma competição após um exame antidoping. De acordo com o MP, ela não foi avisada em tempo pelo médico e seu namorado sobre um prazo para exame de contraprova. "A partir de então, o quadro de disfuncionabilidade do relacionamento afetivo entre Renata e Raphael também agravou-se, sendo impulsionado ainda pela agressividade de Raphael, (...), especialmente quando o denunciado fazia uso de bebidas", explicou o promotor na denúncia.

No dia da morte, o MP sustenta que Renata, após deixar o parapeito da janela, onde tinha se sentado durante uma discussão e por estar em "depressão, dependente do relacionamento", teria sido surpreendida por trás com um golpe mata-leão aplicado pelo médico. O golpe teria asfixiado a jovem e causado diversas lesões no pescoço, matando a fisiculturista em alguns minutos. O MP comentou ainda que, depois de matá-la, o médico a jogou pela janela, forjando, inclusive, um grito feminino para tentar simular que Renata estaria viva ao cair, indicando um suposto suicídio.

Prisão preventiva

A Justiça revogou a prisão preventiva do médico Raphael Suss Marques na quarta-feira (20). Ele estava detido desde o dia 15 de janeiro. Para o desembargador Antonio Loyola Vieira, não haveria necessidade para a manutenção da prisão de Marques. A informação foi divulgada na quinta-feira (21).

Colaborou: Mariana Balan.

CONTINUA

22 JAN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DEFESA

O advogado do réu afirmou que os argumentos da denúncia do MP são "absolutamente falsos, tendenciosos e interessados a encobrir a verdade do caso". Para Edson Abdala, trata-se de suicídio. Segundo o defensor, não há nenhum boletim de ocorrência contra Marques registrado por Renata. Não haveria, portanto, comprovação de uma conduta violenta como sustenta o MP.

O CASO

Renata morreu no dia 12 de setembro do ano passado. Ela caiu da janela do apartamento onde morava no Centro de Curitiba. Segundo a Polícia e o MP, porém, ela foi asfixiada e morta por Raphael Suss Marques e depois jogada por ele da janela do apartamento. Ele é acusado de lesão corporal, fraude processual e feminicídio, modalidade de homicídio qualificado.

22 JAN 2016

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

Palladium obtém extensão de liminar que barra entrada de jovens desacompanhados

O Shopping Palladium, de Curitiba, conseguiu a extensão para os próximos domingos de uma liminar para impedir entrada de menores de adolescentes desacompanhados de maiores de 18 anos. Após a defesa do Palladium entrar com novo pedido judicial, o juiz Paulo Bezerril Tourinho entendeu que a medida deve continuar valendo até o julgamento definitivo do processo. Assim, menores de 18 anos só poderão ingressar no shopping se estiverem acompanhados de uma pessoa maior de idade. O primeiro pedido do Palladium valia apenas para domingo passado (17), quando estava agendado o evento "Vileiros de Curitiba", que acabou não sendo realizado.

22 JAN 2016

GAZETA DO POVO

MP apura contratos da Valor em Bituruna

Construtora envolvida na Operação Quadro Negro também é investigada por suspeita de irregularidades em contratos com prefeitura do interior

Catarina Scortecci

Os contratos firmados entre a prefeitura de Bituruna, no Sul do Paraná, e a construtora Valor são alvos de uma investigação aberta no final do ano passado pelo Ministério Público do Paraná (MP).

O dono da Valor, Eduardo Lopes de Souza, além de outras 14 pessoas, já respondem a uma ação criminal desde o último dia 14, no âmbito da Operação Quadro Negro. Na denúncia, os 15 réus são acusados de envolvimento em esquema de desvio de dinheiro público a partir de contratos da construtora com a Secretaria de Estado da Educação (Seed) – quase R$ 20 milhões teriam sido tirados de construções e reformas de escolas estaduais em todo o Paraná. Agora, outros contratos da empresa estão na mira do MP.

Sete contratos

No total, a Valor recebeu cerca de R$ 6,5 milhões em sete contratos assinados com a prefeitura de Bituruna no primeiro semestre de 2012. Todo recurso desembolsado saiu dos cofres estaduais, a partir de convênios do município com a Seed e também com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (Sedu).

O MP não informou detalhes da investigação. Segundo a assessoria do órgão, o promotor de Justiça responsável pelo caso, André Bortolini, não concede entrevista, já que a apuração está em fase inicial e corre sob sigilo. Já a prefeitura de Bituruna diz que todas as sete obras foram concluídas e que está colaborando com as investigações.

Atualmente administrada pelo prefeito Claudinei de Paula Castilho (PSDB), Bituruna já teve outros seis prefeitos desde 2009. Dos sete contratos, três foram assinados em 9 de fevereiro de 2012, quando o prefeito era Rodrigo Rossoni (PSDB), filho do deputado federal e ex-presidente da Assembleia Legislativa Valdir Rossoni (PSDB). Rodrigo Rossoni ficou à frente do Executivo entre agosto de 2011 e março de 2012, quando foi cassado por abuso de poder econômico na campanha eleitoral.

Outro contrato com a Valor foi assinado na sequência, em 12 de março de 2012, sob a gestão interina de Pedro Padilha (PSC). Os outros três contratos foram assinados em 5 de junho de 2012, já sob a gestão de Carlos Roberto de Oliveira Silveira, o Robertinho (PP), que é tio de Rodrigo Rossoni.

CONTINUA

22 JAN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

SOB INVESTIGAÇÃO

A construtora Valor e a prefeitura de Bituruna assinaram sete contratos, pelos quais a empresa recebeu quase R$ 6,5 milhões, recursos do governo do Paraná. Confira quais são os contratos:

R$ 2.535.197,79
foi quanto a construtora Valor recebeu da prefeitura de Bituruna para construir a Escola Municipal Paulo Roberto Geyer.

R$ 2.335.408,61
foi a quantia paga pela prefeitura de Bituruna à construtora Valor para reformar e ampliar a Escola Municipal Dr. Oscar Geyer.

R$ 894.167,34
é o montante que a Valor ganhou para urbanizar o centro de Bituruna.

R$ 422.679,57
é quanto foi pago pelo município pela reforma da praça em frente ao Terminal Rodoviário.

R$ 225.407,56
foi a quantia paga pela prefeitura à Valor pela reforma das fachadas do Paço Municipal.

R$ 171.261,30
é o montante recebido pela construtora para ampliar a Escola Irmã Clara.

R$ 71.707,52
foram pagos pelo município de Bituruna na obra de ampliação da Escola Novo Milênio.

Fonte: Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Bituruna e Portal da Transparência do Município de Bituruna.

34 ADITIVOS

Até 2015, segundo informação do Portal da Transparência de Bituruna, um total de 34 aditivos foram firmados nos sete contratos da Valor com a prefeitura – a maioria esticando prazo das obras. No caso da obra da Escola Paulo Roberto Geyer, o 9º aditivo estendeu a execução do contrato até 31 de agosto de 2015, quando a 1ª fase da Quadro Negro já havia sido deflagrada. Na minoria dos contratos, houve aditivo de valor. A reforma na Escola Dr. Oscar Geyer, por exemplo, custou quase R$ 800 mil a mais.

OBRA PARADA EM UNIÃO DA VITÓRIA

A construtora Valor não cumpriu o contrato firmado com a prefeitura de União da Vitória (Sul do Paraná). Em setembro de 2012, a empresa ganhou um contrato de R$ 1,2 milhão para construir uma unidade de educação infantil financiada pelo PAC. Mas, em março de 2014, o contrato foi rompido. A prefeitura informou que houve "paralisação na obra e demanda trabalhista", daí o rompimento do contrato. O município disse que "serviços executados foram pagos", mas não informou quais etapas foram cumpridas e quanto exatamente foi pago à empresa.

22 JAN 2016

GAZETA DO POVO

Julgamento de esquema de compra de MPs vai ouvir 98 testemunhas

A 10ª Vara da Justiça Federal em Brasília marcou os depoimentos de 98 testemunhas em ação penal sobre a "compra" de medidas provisórias (MPs) no governo federal, caso investigado na Operação Zelotes. Além da presidente Dilma Rousseff, que tem direito a se pronunciar por escrito, a lista já tem 16 políticos e autoridades federais, entre eles o ex-presidente Lula, cuja oitiva está agendada para segunda-feira (25). Estão previstas para segunda, ainda, as falas do ex-ministro Gilberto Carvalho e do atual secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo Henrique de Oliveira. Investigadores da Zelotes pediram a quebra dos sigilos bancário e fiscal dos dois. Nesse caso, no entanto, eles vão depor como testemunhas. Ao todo, 15 pessoas respondem à ação penal.

ENTENDA O CASO

Conforme denúncia do Ministério Público Federal (MPF), lobistas contratados por montadoras de veículos pagaram propina a servidores e autoridades públicas para viabilizar a edição de medidas provisórias que concediam incentivos fiscais às empresas do setor automotivo.

REINALDO BESSA

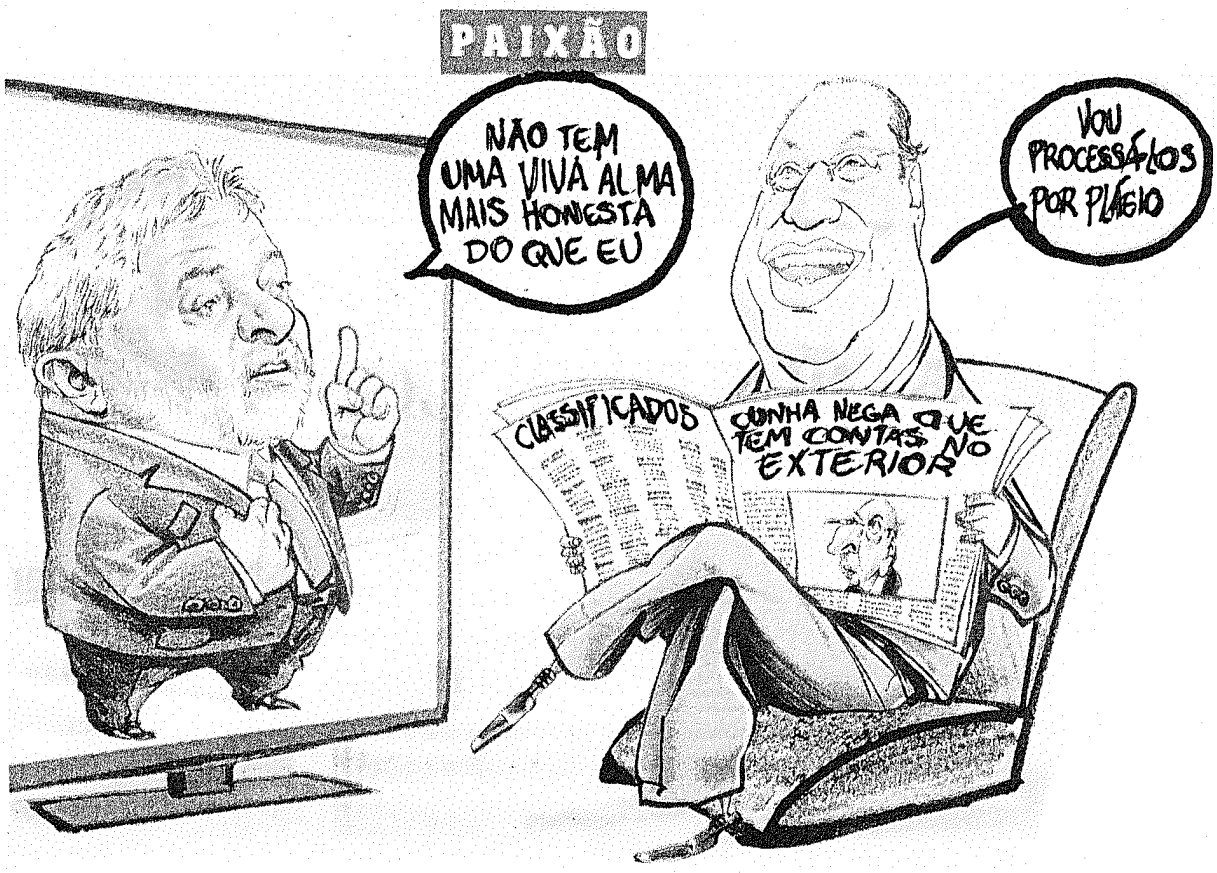
BIA MORAES / INTERINA

ZAPEANDO

O lançamento do livro *Comentários ao Novo Código de Processo Civil sob a Perspectiva do Processo do Trabalho*, de Manoel Antonio Teixeira Filho, é hoje às 16h, no Fórum Trabalhista de Curitiba.

22 JAN 2016

GAZETA DO POVO



22 JAN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

JUIZ ESTENDE LIMINAR

Palladium vai barrar de novo

SHOPPING SÓ PRA MAIORES

Domingo tem que apresentar RG pra entrar no Palladium. Menor de idade desacompanhado fica de fora.

Diego Antonelli

O Shopping Palladium conseguiu a extensão para os próximos domingos de uma liminar pra impedir entrada de menores de idade. Após a defesa do estabelecimento entrar com novo pedido judicial, o juiz Paulo Bezerril Tourinho entendeu que a medida deve continuar valendo até o julgamento definitivo do processo. Dessa maneira, menores de 18 anos só poderão ingressar no estabelecimento se estiverem acompanhados de uma pessoa maior de idade ou com apresentação de documento de identificação aos seguranças.

O primeiro pedido do Palladium valia apenas pra domingo passado, quando estava agendado o evento "Vileiros de Curitiba", marcado para acontecer em frente ao estabelecimento - e que acabou não sendo realizado. No entanto, os advogados do shopping ingressaram com solicitação da manutenção da liminar que permitia que adolescentes fossem impedidos de entrar no estabelecimento.

Decisão

Segundo entendimento do magistrado, "é razoável a preocupação do shopping de que os atos e manifestações de violência possam vir a ocorrer em outros finais de semana". "É provável que os réus tenham recuado nos seus propósitos e, com isto, aguardam outra data mais adequada para colocar em prática suas pretensões ilícitas. Assim, não se pode descartar que novos 'arrastões' ocorram em outros domingos, já que os réus poderão deduzir que o shopping 'relaxe' com suas medidas de segurança", escreve o juiz em sua decisão.

22 JAN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

NAMORADO DA FISICULTURISTA

Justiça revoga prisão

Diego Ribeiro

A Justiça revogou a prisão preventiva do médico Raphael Suss Marques. Ele estava detido desde o dia 15. indiciado por matar a namorada, a fisiculturista Renata Muggiatti, em setembro do ano passado. Para o desembargador Antonio Loyola Vieira, não havia evidências que sustentassem a prisão de Marques. A informação foi divulgada ontem. O advogado do acusado, Edson Vieira Abdala, informou, por volta das 19h, não saber se o seu cliente já havia sido solto. Ele avaliou a decisão como "absolutamente correta". Abdala entende que a prisão preventiva determinada era "absolutamente desnecessária e imotivada".

22 JAN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

VAI DEMORAR!

A morosidade judicial brasileira pode fazer com que o processo envolvendo a família Yared e o ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho possa ter fim apenas em 2026. Essa é a previsão do procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná Rodrigo Chemim Guimarães. Segundo ele, no país há um excesso de brechas na legislação que permite inúmeros recursos judiciais que fazem com que os processos levem, em média, 15 anos para serem concluídos.

22 JAN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

Gleisi citada

Um relatório da Polícia Federal sobre mensagens de celular encontradas em aparelhos do ex-presidente da OAS, Léo Pinheiro, aponta que o empresário manteve contato ou fez citações a 14 investigados no Supremo Tribunal Federal (STF) por suspeita de participação no esquema de corrupção da Petrobras, entre eles a senadora do Paraná Gleisi Hoffmann (PT). Léo Pinheiro já foi condenado a mais de 16 anos de prisão na Operação Lava Jato, pelo juiz federal Sergio Moro, de Curitiba. Desses 14, só há trocas diretas de mensagens entre o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), os senadores Lindbergh Farias (PT-RJ) e Ciro Nogueira (PP-PI) - no caso desses dois últimos, para marcar encontros. Entres os políticos alvos do Supremo que aparecem no relatório estão também os senadores Edison Lobão (PMDB-MA), Fernando Bezerra (PSB-PE), Romero Jucá (PMDB-RR), Fernando Collor de Mello (PTB-AL), Delcídio Amaral (PT-MS), Humberto Costa (PT-PE), além do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Os deputados que respondem a inquérito no Supremo e são citados são Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), José Mentor (PT-SP), além de Cunha.

Novo foco

Com o fim das férias de Moro e a retomada das audiências na Justiça Federal de Curitiba, a Operação Lava Jato retomou na última quarta-feira o ritmo normal de trabalho. E a investigação ainda está longe de chegar ao fim, de acordo com integrantes da força- tarefa formada pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal (MPF). O foco continua sendo a Petrobras, mas a novidade é que a área de comunicação da empresa deve ser alvo de investigação também.

Ajudinha

A Polícia Federal no Rio de Janeiro pediu auxílio da Operação Lava Jato para levantar informações sobre uma possível fraude em licitação de obras de urbanização de três favelas - Alemão, Manguinhos e Rocinha - realizadas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de 2008. Os investigadores apuram o suposto conluio entre as empresas vencedoras dos contratos, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão - as três acusadas de cartel em obras da Petrobras.

22 JAN 2016

BEMPARANÁ

Acusado de matar Renata Muggiati está em liberdade

Poucos dias após ser denunciado à Justiça e se tornar réu no caso da morte da fisiculturista Renata Muggiati, o médico Raphael Suss Marques conseguiu a liberdade. É que o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) mandou soltar o suspeito, que é ex-namorado da vítima e estava preso em caráter preventivo desde o dia 15 deste mês. A decisão de prender Raphael em primeira instância havia sido tomada com base em um laudo do IML, que após a exumação, descobriu que a fisiculturista havia sido asfixiada antes de cair da janela do apartamento onde o casal morava, no Centro de Curitiba.

Para a polícia, o suspeito teria tentado simular um suicídio. A defesa do médico alega que Renata teria saltado da janela, após uma discussão com o namorado. Por isso, fez um pedido ao TJ-PR, alegando que ainda não tinha se manifestado no processo que originou a prisão. A argumentação foi acatada pelo desembargador Antônio Loyola Vieira, relator do caso. Para deixar a prisão, o médico terá de comparecer a todas as fases de investigação e de andamento do processo na Justiça e também fica proibido de se ausentar de Curitiba por mais de oito dias, sem dizer onde pode ser encontrado.

Justiça estende liminar que autoriza Palladium a barrar menores

A Justiça estendeu a liminar do Shopping Palladium que dá direito ao estabelecimento de barrar menores desacompanhados na entrada. A medida começou a valer no domingo. O Shopping entrou com o pedido de liminar após uma confusão envolvendo menores de idade que aconteceu no dia 10 de janeiro.

22 JAN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Palladium volta a obter liminar para barrar menores

Justiça decide que desacompanhados não podem entrar no shopping

O juiz Paulo Bizerril Tourinho decidiu prorrogar a liminar concedida ao Shopping Palladium, para impedir entrada de menores desacompanhados. A medida vale até que haja um julgamento definitivo sobre a questão.

No último domingo, o Palladium já havia conseguido uma descisão favorável para que menores de idade só tivessem acesso ao shopping, acompanhados de maiores de idade e com a apresentação de documentos.

O objetivo era afastar adolescentes chamados de "vileiros" que convocavam reuniões dentro do shopping, chamadas de "rolezinhos".

TJ-PR revoga prisão de ex-namorado de fisiculturista

Após ser denunciado à Justiça e se tornar réu no caso da morte da fisiculturista Renata Muggiati, o médico Raphael Suss Marques (foto) conseguiu a liberdade. É que o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) mandou soltar o suspeito, que é ex-namorado da vítima e estava preso em caráter preventivo desde o dia 15 deste mês.

A decisão de prender Raphael em primeira instância havia sido tomada com base em um laudo do IML, que após fazer um novo exame no corpo de Renata, após uma exumação, descobriu que a fisiculturista havia sido asfixiada antes de cair da janela do apartamento onde o casal morava, no Centro de Curitiba.

22 JAN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Cartórios emitiram 60 mil certidões de nascimento com CPF

Os cartórios de registro civil emitiram 61.797 cadastros de Pessoa Física (CPF) até a última segunda-feira (18), informou nesta quinta-feira (21) a Receita Federal. Em dezembro de 2015, foi implementado o serviço de inscrição no CPF no momento da emissão da certidão de nascimento. Atualmente, 1.079 cartórios de registro civil oferecem esse serviço.

A previsão da Receita é que, até o final de 2016, os cartórios se tornem os principais emissores de CPF, superando os Correios. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal também emitem CPF.

"A inscrição de CPF realizada nos cartórios agrega mais qualidade e segurança ao cadastro da RFB [Receita Federal do Brasil]. Além disso, o serviço é gratuito e traz comodidade para o cidadão que necessita inscrever seu filho no CPF para os mais diversos fins, como inclusão em programas assistenciais do governo, planos de saúde, abertura de conta corrente ou poupança etc.", destaca a Receita.

MP investiga se construtora foi favorecida em Bituruna

O Ministério Público (MP) abriu inquérito para investigar se houve favorecimento à Construtora Valor, investigada por desvios de dinheiro na construção de escolas do Paraná, em licitações para obras em escolas em Bituruna, no sul do estado. A empresa recebeu R$ 5,6 milhões para fazer sete obras na cidade.

As licitações vencidas pela Valor em Bituruna ocorreram antes da assinatura dos contratos investigados da empresa com a Secretaria de Educação do Paraná, e serviram como comprovante de experiência para que ela obtivesse as obras.

Com brevidade

O juiz da 10ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, Vallisney de Souza Oliveira, enviou notificação à presidente Dilma Rousseff sobre o depoimento que ela terá de prestar na Operação Zelotes, na ação penal sobre a suposta venda de medidas provisórias que prorrogaram incentivos fiscais para montadoras.

Paraná Portal 22 JAN 2016

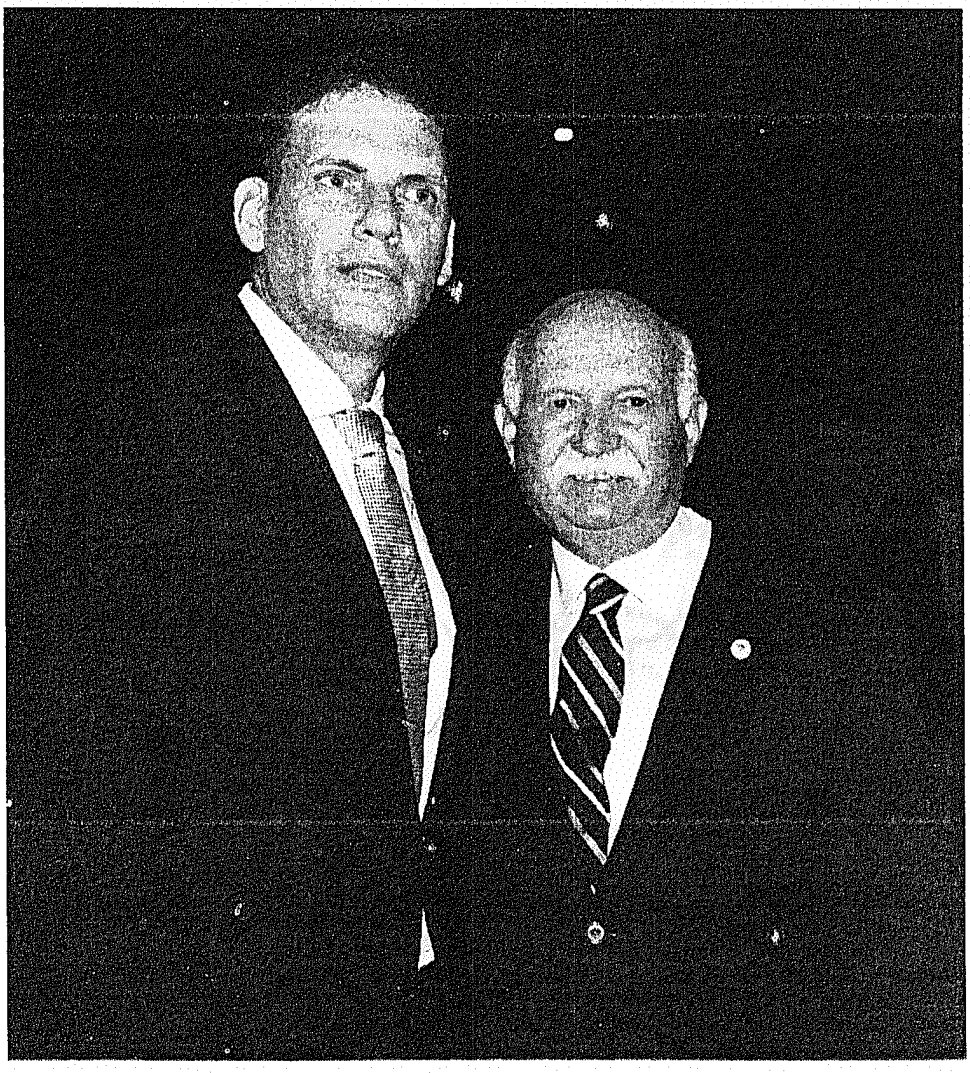
RUY BARROZORUY BARROZO

Publicado 21 de janeiro de 2016 às 11h44

Presidente do TJPR prestigia solenidade de posse da nova diretoria da OAB Paraná

Em cerimônia realizada no Teatro Positivo, a nova diretoria da OAB Paraná tomou posse na noite desta terça-feira.

CONTINUA



O advogado José Augusto Araújo de Noronha assumiu a presidência da instituição para o triênio 2016/ 2018, no lugar de Juliano Breda.

A solenidade de posse contou com a presença de diversas autoridades, entre elas o presidente do Tribunal de Justiça

CONTINUA

do Paraná – TJPR, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos.

Na ocasião, Vasconcelos destacou o bom relacionamento que tem pautado as relações do tribunal e da Seccional.

"Nos últimos tempos o TJ tem procurado se aproximar da diretoria da OAB. Hoje vivemos num mar de rosas em termos de entendimento, compreensão e de cooperação mútua", disse.

O presidente do TJPR também ressaltou o importante papel da OAB perante a sociedade.

"A Ordem deve captar a vontade popular no sentido de sempre dar apoio à população, fazer valer os direitos humanos", afirmou Vasconcelos.

CONTINUA

Em seu discurso, o novo presidente da Seccional, José Augusto Araújo de Noronha, garantiu empenho para honrar a confiança depositada por milhares de advogados paranaenses.

"O momento que vivemos é de grandes tormentas. Não desconheço o tamanho das lutas, das responsabilidades, do trabalho e da dedicação que serão necessários nos próximos três anos, mas também conheço o tamanho da confiança depositada em todos nós", disse.

José Augusto Araújo de Noronha e Paulo Roberto Vasconcelos – presidente do TJPR

"Queremos uma OAB para os advogados e para a sociedade. Esse foi o compromisso que assumimos. Recebemos o pedido para que a OAB continue protagonista, exercendo um

CONTINUA

papel de destaque neste momento grave de crise política, para que o nosso país encontre o caminho democrático e saia dessa lassidão em que se encontra", afirmou Noronha.

O ex-presidente da Seccional, agora conselheiro federal, Juliano Breda, destacou em seu discurso as ações e conquistas da advocacia nos últimos três anos como os lançamentos de obras jurídicas comentadas; a realização de cursos da Escola Superior de Advocacia em todas as 47 subseções; a construção de novas sedes; a luta intensa em defesa das prerrogativas; as ações de valorização da advocacia, como a fixação do piso ético para advocacia iniciante; as relações institucionais com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além das conquistas nacionais em benefício dos advogados, a exemplo do Simples Nacional, a premiação em Direitos

CONTINUA

Humanos do projeto OAB Cidadania, a aprovação da lei que obriga a presença de advogados em inquéritos e investigações – proposta formalizada por Breda e apresentada ao presidente do Conselho Federal da OAB – e a aprovação da lei da advocacia dativa pela Assembleia Legislativa do Paraná, entre outras.

Paulo Roberto Vasconcelos – presidente do TJPR, desembargadora Rosane Fachin, Gustavo Fruet e José Augusto Araújo de Noronha.

"A Ordem não atua pautada por interesses políticos, pessoais ou econômicos. No Paraná, na missão de defender a democracia e a ordem constitucional, agimos com inegável independência e muitas vezes discordamos. Mas as críticas republicanas foram compreendidas e

CONTINUA

CONTINUAÇÃO Paraná Portal 22 JAN 2016

em nenhum momento perdemos a capacidade de diálogo", afirmou Breda.

"Espero ter honrado os mais de 50 mil advogados nos últimos três anos", finalizou Juliano Breda desejando boa sorte aos novos dirigentes.

A solenidade foi prestigiada por autoridades como o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin; o futuro presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia; o governador Beto Richa e o prefeito Gustavo Fruet.

22 JAN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

XII Simpósio Nacional de Direito acontece em Curitiba

O meio jurídico aguarda com muita expectativa o XII Simpósio Nacional de Direito Constitucional, que acontecerá entre os dias 26 e 28 de maio, no Teatro Guaíra, em Curitiba. Pensadores brasileiros e estrangeiros confirmaram presença como conferencista e abordarão temas relativos ao cenário político atual. "Liberdade (s) no Estado Contemporâneo" é o foco da programação do evento, organizado pela ABDConst – Academia Brasileira de Direito Constitucional.

De 26 a 28 de maio, Curitiba se torna palco dos mais importantes debates acerca do Direito Constitucional. As discussões sobre Liberdade e Direito, que serão travadas no XII Simpósio Nacional de Direito Constitucional, são absolutamente pertinentes para o atual momento político e jurídico brasileiro. Além de congregar grandes nomes do Direito, o XII Simpósio reuni relevantes pensadores brasileiros e estrangeiros.

A contribuição do XII Simpósio Nacional de Direito Constitucional será a discussão jurídica sobre temas contemporâneos, os quais são essenciais na formação dos acadêmicos do Direito.

Além do engrandecimento intelectual de todos os participantes, busca-se que as discussões, decorrentes das exposições feitas pelos conferencistas e das apresentações de trabalhos acadêmicos, contribuam para a formação de um documento final, que servirá como uma Carta sobre a questão da Liberdade.

A conferência de abertura do XII Simpósio de Direito Constitucional será realizada pelos juristas Dalmo Dallari (presidente de honra da ABDConst, o professor emérito da USP) e José Afonso da Silva (professor da USP e membro catedrático da ADBConst). Confirmaram presença como conferencistas os ministros do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e José Antônio Dias Toffoli e o juiz Sérgio Moro.

O jurista português José Joaquim Gomes Canotilho, professor da Universidade de Coimbra, considerado por muitos como um dos nomes mais relevantes do Direito Constitucional da atualidade, marcará presença como conferencista no Simpósio. Além dele, também acudirá ao evento o Professor da Ludwig Maximilians Universität, de Munique (Alemanha), Moris Lehner. Também confirmaram presença os juristas brasileiros Lenio Streck, Flavia Piovesan, Marçal Justen Filho e René Ariel Dotti, os doutores em Direito e professores José Dallegrave, Ingo Sarlet, Ricardo Lodi, Ana Paula de Barcellos, Gisela Maria Bester, Gerd Willi Rothmann, Gustavo Tepedino, Estefânia Maria de Queiroz Barboza, Heleno Torres, Luiz Alberto David Araujo, Alexandre Morais da Rosa, Eduardo Talamini, Nelson Nery, Egon Bockmann Moreira, Fernando Facury Scaff, George Salomão, João Otávio de Noronha, Paulo Modesto, Paulo Ricardo Schier, Silvio Venosa, Paula Forgioni, Betina Treiger Grupenmacher, Mario Midón e Aury Lopes Jr.

As inscrições para a 12ª edição do Simpósio estão abertas e podem ser realizadas pelo site www.abdconst.com.br/simposio.

22 JAN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Brasília cria Delegacia de Repressão aos Crimes de Discriminação

O governador do Distrito Federal (DF), Rodrigo Rollemberg, assinou ontem, Dia Mundial da Religião e Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, o decreto de criação da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência.

A delegacia é a quarta do país criada para combater os crimes de discriminação. As primeiras são as de Mato Grosso, do Pará e do Piauí.

Autor da lei que deu origem à delegacia, o deputado distrital Lira (PHS) disse que, embora o racismo e a discriminação tenham de ser combatidos nas escolas, existem em Brasília vários indícios de racismo e perseguições a templos religiosos, o que tornou necessária a criação da delegacia para que as vítimas de tais crimes tenham um local específico ao qual se dirigir para apurar os fatos.

CARTÓRIOS JÁ EMITIRAM MAIS DE 60 MIL CERTIDÕES DE NASCIMENTO COM CPF

Os cartórios de registro civil emitiram 61.797 cadastros de Pessoa Física (CPF) até a última segunda-feira, informou ontem a Receita Federal. Em dezembro de 2015, foi implementado o serviço de inscrição no CPF no momento da emissão da certidão de nascimento. Atualmente, 1.079 cartórios de registro civil oferecem esse serviço.

A previsão da Receita é que, até o final de 2016, os cartórios se tornem os principais emissores de CPF, superando os Correios. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal também emitem CPF.